



**TERMO PARA REGISTRO DE COMPARTILHAMENTO E/OU TRANSFERÊNCIA
DE RESPONSABILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do prazo de vigência da licença ambiental, pode ser necessário, ou mesmo desejado, realizar o compartilhamento e/ou transferência de responsabilidade advinda desse ato autorizativo.

Assim, o registro e a delimitação da atuação de cada pessoa física ou jurídica envolvida devem ser apresentados para análise do órgão ambiental por meio de acordo de natureza privada, o qual deve possuir como conteúdo mínimo: individualização de todos os responsáveis envolvidos (situação atual/situação desejada), bem como a localização, distribuição de atividades e das responsabilidades pelo cumprimento das obrigações ambientais (delimitadas por parcela do empreendimento sob responsabilidade de cada pessoa física ou jurídica, se necessário).

Para a transferência ou o compartilhamento de responsabilidade pretendidos, há de se ter como pressuposto a não existência de alteração da localização geográfica ou dos aspectos ambientais sem avaliação e aprovação do órgão ambiental competente pela emissão da licença.

Nestes termos, a **MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME**, microempresa de devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 27.790.962/0001-48, neste ato denominada simplesmente como “Cedente”, deseja transferir a responsabilidade integral pela Licença Ambiental de modalidade LAS-RAS, Certificado nº 4446, conforme processo administrativo nº 4446/2021 e solicitação SLA nº 2021.08.01.003.0000682 a **JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME**, microempresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 14.689.283/0001-35, neste ato denominado simplesmente como “Cessionária”.

Para tanto, apresenta-se as informações necessárias para concluir a transferência, a serem expendidas adiante.



2. OBJETIVO

Delimitar as obrigações advindas de licença ambiental já emitida em nome da MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME, apresentando o seguinte detalhamento do seu conteúdo mínimo:

- a) Localização e limites geográficos sob responsabilidade de cada pessoa física ou jurídica envolvida (CPF ou CNPJ), representando-os em formato geoespacial:

A localização e limites geográficos do empreendimento que passa a estar sob responsabilidade de JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME (correspondente ao total do empreendimento) é apresentada na planta de detalhes em anexo a este termo.

- b) Os arquivos geoespaciais apresentados em anexo a este termo devem seguir os formatos estabelecidos na Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.684, de 03 de setembro de 2018, que são Shapefile (contendo, no mínimo, as extensões .shp, .dbf, .shx e .prj) ou Geopackage (.gpkg):

Compõem os anexos do presente termo os arquivos de localização em formato geoespacial, apresentados em pasta comprimida cada qual em formato shapefile, contendo as extensões .shp, .dbf, .shx e .prj, conforme a legislação pertinente.

- c) Lista de todas as atividades licenciadas e respectivos parâmetros relacionados para cada pessoa física ou jurídica envolvida (CPF ou CNPJ), conforme Deliberação Normativa Copam nº 217/2017;

Pela assinatura deste termo, a MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME transfere à JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME a titularidade da referida Licença Ambiental, assim como a **TOTALIDADE** das responsabilidades e obrigações advindas da mesma, tornando-se a Cessionária titular do Certificado LAS-RAS de nº 4446/2021, que autoriza a atividade de Lavra em Aluvião, exceto areia e cascalho, de código A-02-10-0,



conforme Deliberação Normativa Copam nº 217/2017, cujo parâmetro de Produção Bruta é de 100.000 m³/ano, conforme resumido no Quadro 1.

Quadro 1 – Lista de Atividades e Responsáveis

Atividade	Lavra em Aluvião, exceto areia e cascalho
Código (DN nº 217/2017)	A-02-10-0
Parâmetro	Produção Bruta
Produção Bruta Anual	100.000 m³/ano
Responsável	JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME
Parcela de Responsabilidade	100%

- d) Separação de condicionantes estabelecidas na licença ambiental conforme responsabilidade da pessoa física ou jurídica envolvida (CPF ou CNPJ), bem como outras obrigações ambientais que seja necessário evidenciar após o processo de transferência ou compartilhamento;

É realizada a transferência de responsabilidade e obrigação de cumprimento de todas as condicionantes previstas no Parecer Técnico da Licença Ambiental. Conforme exposto, a distribuição das responsabilidades e obrigações advindas da concessão da Licença Ambiental LAS-RAS nº 4446/2021 corresponde a 100% para a Cessionária.

- e) Endereço para correspondência, e-mail e telefone de cada uma das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas (CPF ou CNPJ):

MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME: situada à Fazenda Santo Inácio, Lugar denominado Vargem, sem nº, Zona Rural, CEP: 38550-000, Coromandel – MG, sendo o endereço de correspondência localizado à Rua Vasconcellos Costa, nº 285, Centro, CEP: 38550-080, Coromandel – MG, além do e-mail “matheusbrandao2012@hotmail.com” e telefone (34) 9157-0170;

JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME: situada à Rua Dr. Rubens de Castro, nº 207, Corredor, Centro, CEP: 38550-000, Coromandel – MG, sendo



o endereço de correspondência localizado à Rua Vasconcellos Costa, nº 285, Centro, CEP: 38550-080, Coromandel – MG, além do e-mail “julianaperissin@gmail.com” e telefone (34) 98865-2825.

- f) Indicação da parcela do empreendimento sob responsabilidade de cada pessoa física ou jurídica envolvida, denominando-as quando necessário;

A parcela do empreendimento que será transferida à Cessionária corresponde à integralidade do empreendimento, não restando nenhuma parcela sob responsabilidade da Cedente.

- g) Registro de ciência da pessoa física ou jurídica, responsável originalmente pela licença, sobre a necessidade de registro no Portal EcoSistemas, em seu cadastro no módulo Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – Cadu -, dos representantes dos novos titulares da licença na categoria ‘Representante parcial’;

Fica a empresa Cedente ciente sobre a necessidade de registro dos representantes dos novos titulares da licença na categoria ‘Representante parcial’ no Portal EcoSistemas, em seu cadastro no módulo Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (Cadu);

- h) Após a efetivação do compartilhamento/transferência de responsabilidade da licença ambiental pretendido, caso haja ampliação ou modificação do empreendimento, bem como necessidade de emissão de licença para implantação ou de operação, o requerimento será realizado de maneira única pelas pessoas físicas ou jurídicas envolvidas para análise do órgão ambiental constando atualização do presente documento;

Após receber a titularidade da referida Licença Ambiental, a Cessionária compromete-se a não promover a alteração da localização geográfica ou dos aspectos ambientais do empreendimento sem avaliação e aprovação do órgão ambiental competente pela emissão da licença.

Assim também, fica a Cessionária ciente de que, após a efetivação da transferência de responsabilidade da licença ambiental, caso haja ampliação



ou modificação do empreendimento, o requerimento deverá ser realizado por ela para análise do órgão ambiental constando atualização do presente documento.

- i) Ciência de todos os envolvidos de que, a critério dos empreendedores, quando da renovação da licença, poderá ser requerido o licenciamento ambiental de forma individual por cada empreendedor detentor de parcelas individualizáveis do empreendimento licenciado. Essa situação, caso se efetive, poderá manter o enquadramento do empreendimento original, a critério técnico, e o desempenho ambiental a ser aferido para fins de concessão da renovação será aquele obtido de forma singular por cada parcela;

Fica a Cessionária ciente de que, após a conclusão da transferência de titularidade, quando da renovação da licença, será de sua responsabilidade o requerimento de renovação para a continuidade da regularização ambiental.

- j) Indicação expressa quando o titular da licença ambiental transferir toda a responsabilidade administrativa pela licença para o(s) novo(s) titular(es), isentando-o do cumprimento das obrigações adquiridas quando da concessão da licença;

Por meio da assinatura deste termo, a empresa Cedente transfere toda a responsabilidade administrativa pela licença ambiental para a Cessionária e se isenta do cumprimento das obrigações adquiridas quando da concessão da licença, ficando estas a cargo da Cessionária.

- k) Nos casos de compartilhamento, uma única licença ambiental é emitida considerando todas as pessoas físicas ou jurídicas como responsáveis por todas as obrigações dela advindas;

Assim, pela melhor forma de direito, a Cedente transfere integralmente à Cessionária, como de fato cedido, TODOS os direitos e deveres oriundos da Licença Ambiental LAS-RAS nº 4446/2021, não havendo compartilhamento de direitos e/ou deveres advindos da Licença Ambiental.



- l) Local, data, assinatura e identificação de todos os envolvidos no processo de transferência ou compartilhamento de responsabilidade.

Coromandel – MG, 07 de janeiro de 2025

P.P. _____

MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME

CNPJ: 27.790.962/0001-48

P.P. _____

JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME

CNPJ: 14.689.283/0001-35



Requerimento para mudança de dados do titular de licença ambiental

1) Objeto do requerimento:

- ☐ Atualização de razão social de um ou mais responsável da licença;
- ☐ Compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☒ **Transferência de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;**
- ☐ Transferência + compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;

2) Para alteração da titularidade do detentor da licença ambiental, por compartilhamento e/ou transferência, informar

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido): [2021.08.01.003.0000682](#)

Número do certificado de licença: [LAS-RAS N° 4446/2021](#)

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: [MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO MINERADOR – ME – MINERAÇÃO SÃO MATHEUS – ANM 831.290/2017 e 831.291/2017](#)

Informações do(s) transmissor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME	27.790.962/0001-48	ANM 831.290/2017 e 831.291/2017 (TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DO OBJETO DA LICENÇA)

Informações do(s) receptor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME	14.689.283/0001-35	ANM 831.290/2017 e 831.291/2017 (TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DO OBJETO DA LICENÇA)



Justificativa para o requerimento:

PRIMEIRAMENTE, CABE DESTACAR QUE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE MODALIDADE LAS-RAS EM TELA REFERE-SE A UM EMPREENDIMENTO MINERÁRIO COMPOSTO POR DOIS PROCESSOS MINERÁRIOS JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM), DE NÚMEROS **831.290/2017 E 831.291/2017**.

A EMPRESA MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME (ANTIGA TITULAR DOS PROCESSOS MINERÁRIOS E ATUAL TITULAR DA LICENÇA AMBIENTAL) HAVIA FEITO CESSÃO TOTAL DE AMBOS DIREITOS MINERÁRIOS PARA A EMPRESA JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME, COMO PODE SER CONFIRMADO PELA DOCUMENTAÇÃO ANEXA, NA QUAL CONSTA O INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO TOTAL DE CADA ATIVO.

LOGO, TENDO SIDO APROVADA A CESSÃO TOTAL DE AMBOS PROCESSOS POR PARTE DA ANM, COMO COMPROVA A CÓPIA DOS PROCESSOS EM ANEXO, O EMPREENDIMENTO NÃO SE ENCONTRA MAIS EM NOME DE MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME JUNTO AO ÓRGÃO MINERÁRIO. SENDO ASSIM, PARA REGULARIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, A LICENÇA AMBIENTAL TAMBÉM DEVERÁ SER TRANSFERIDA PARA A ATUAL TITULAR DOS DIREITOS MINERÁRIOS.

LOGO, JUSTIFICA-SE O PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DA LICENÇA AMBIENTAL, UMA VEZ QUE A MESMA SERÁ APRESENTADA À ANM PARA A RENOVAÇÃO DO TÍTULO DE LAVRA OPORTUNAMENTE.

ATENÇÃO: Caso já exista requerimento de transferência ou compartilhamento para a mesma licença ambiental, o interessado deve sempre reabrir o mesmo processo SEI de forma que toda a documentação esteja disponível para consulta do histórico de alteração.

Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Termo de Responsabilidade de que o projeto licenciado não foi alterado sem prévia aprovação do órgão ambiental;
- 2) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 3) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: Órgão Público: Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Serviço do Órgão Público: Segunda via de certificado; Informações complementares: Número da solicitação SLA (INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (INSERIR NÚMERO DO PROCESSO); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;
- 4) Documento comprobatório da nova condição de titularidade (contrato de compra e venda, contrato de arrendamento, contrato de aluguel, etc.), em caso de transferência;
- 5) Contrato Social do(s) novo(s) titular(es) da licença (pessoa jurídica) ou documentos de identificação pessoal (pessoa física);



- 6) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 7) *Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidades advindas da licença*, contemplando localização e limites de atuação por CPF/CNPJ (informação geoespacial), denominação da parcela do empreendimento vinculada a cada pessoa física ou jurídica, bem como as obrigações, atividades, parâmetros e condicionantes atribuídas para cada CPF/CNPJ, conforme modelo disponibilizado no site da Semad;

Coromandel, 07 de janeiro de 2025

(Local e data)

P.P. _____

MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME

Assinatura do requerente

TERMO DE RESPONSABILIDADE

MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME, microempresa de devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 27.790.962/0001-48, situada à Fazenda Santo Inácio, Lugar denominado Vargem, sem nº, Zona Rural, CEP: 38550-000, Coromandel – MG e **JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME**, microempresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 14.689.283/0001-35, situada à Rua Dr. Rubens de Castro, nº 207, Corredor, Centro, CEP: 38550-000, Coromandel – MG, neste ato representados por sua procuradora, **DECLARAM**, para todos os fins que se fizerem necessários, que o empreendimento ANM 831.290/2017 e 831.291/2017, localizado na Fazenda Cruz e Macaúbas, distrito de Chaveslândia, para o qual foi obtida a licença ambiental LAS/RAS de Certificado nº 4446/2021, bem como o projeto licenciado não foram e nem serão alterados sem prévia aprovação do órgão ambiental.

Coromandel, 07 de janeiro de 2025

MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO – MINERADOR – ME

CNPJ: 27.790.962/0001-48

JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME

CNPJ: 14.689.283/0001-35

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - Núcleo de Apoio Operacional

Processo nº 2090.01.0000179/2025-79

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2025.

Procedência: Despacho nº 3/2025/FEAM/URA TM - CAF NAO

Destinatário(s): BRUNO NETO DE AVILA

Assunto: Transferência /Compartilhamento LICENÇA AMBIENTAL REFERENTE PROCESSO Nº 4446/2021

DESPACHO

Considerando que o empreendedor MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO MINERADOR - ME - MINERAÇÃO SÃO MATHEUS - ANM 831.290/2017 e 831.291/2017, CNPJ 27.790.962/0001-48, município de Coromandel- MG, solicitou Licença LAS RAS, Classe 3, para a atividade: Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, por meio do processo nº:4446/2021

Considerando que o empreendedor solicitou a transferência/compartilhamento da licença outrora concedida, mediante peticionamento no processo SEI 2090.01.0000179/2025-79, e toda documentação foi analisada e está de acordo para a solicitação pretendida.

A transferência da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor e de receptor, conforme tabelas abaixo:

Informações do(s) transmissor (es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO MINERADOR - ME - MINERAÇÃO SÃO MATHEUS - ANM 831.290/2017 e 831.291/2017	27.790.962/0001-48	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

Informações do(s) receptor(s)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME ANM 831.290/2017 e 831.291/2017	14.689.283/0001-35	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

SUGERIMOS, favoravelmente a alteração da licença emitida em 30/09/2021 - CERTIFICADO Nº **4446/2021** LICENCIAMENTO AMBIENTAL LAS RAS para o empreendedor **JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS**, CNPJ**14.689.283/0001-35**, município de Coromandel- MG.

Jaqueline Ramos da Silva

Técnico Ambiental - Núcleo de Apoio Operacional

Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro- FEAM



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Ramos da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 14/01/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **105423446** e o código CRC **B4996036**.

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA E/OU COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 4º, inciso V da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como no art. 51, §1º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, atesta a TRANSFERÊNCIA da Licença Ambiental LAS RAS nº **4446/2021** e das obrigações dela advindas, referente ao empreendimento **MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO MINERADOR - ME**.

A TRANSFERÊNCIA da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor ou de receptor, as (PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ABAIXO/PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS) conforme tabelas abaixo:

Informações do(s) transmissor (es):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO MINERADOR - ME - MINERAÇÃO SÃO MATHEUS - ANM 831.290/2017 e 831.291/2017	27.790.962/0001-48	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

Informações do(s) receptor(s):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	JUAN DEMETRIO SANCHEZ VILLEGAS – ME ANM 831.290/2017 e 831.291/2017	14.689.283/0001-35	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

O Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidade de licença ambiental que instruiu o pedido que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado por **JUAN DEMETRIO SANCHEZ**

VILLEGAS – ME, CPF/CNPJ **14.689.283/0001-35** e se encontra disponível para consulta no Processo SEI 2090.01.0000179/2025-79.

Este documento assegura ao(s) novo(s) responsável (eis) a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via de certificado da licença ambiental, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

Bruno Neto de Ávila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Neto de Ávila, Chefe Regional**, em 15/01/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **105442598** e o código CRC **7D0AD351**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000179/2025-79

SEI nº 105442598

VI – propor recomendações e moções;
VII – exercer o direito de votar;
IX – observar, em suas manifestações, as regras básicas de convivência e decoro.

Art. 16 – Terá direito a voto e a compor a mesa o membro titular e, na ausência ou impedimento deste, seu respectivo suplente.

§ 1º – O Presidente da reunião poderá analisar a substituição de membros do CIMC pelos seus respectivos suplentes, nas seguintes hipóteses:

- I – motivos de saúde;
II – instabilidade da conexão de internet.
§ 2º – Havendo a substituição nos termos do §1º, não será permitido o retorno do membro substituído na mesma sessão, sendo permitida apenas uma substituição por sessão.

§ 3º – Será considerado como parâmetro para votação o disposto na nota técnica ou na manifestação do órgão competente.

§ 4º – Somente serão computados os votos proferidos no momento da deliberação do item de pauta, e sendo reunião remota ou híbrida, deverá o membro do CIMC não presente fisicamente se identificar utilizando recursos de vídeo e áudio do aplicativo da reunião.

§ 5º – Excepcionalmente, quando indisponíveis os recursos de vídeo e áudio do aplicativo da reunião remota ou híbrida, poderão ser computados os votos proferidos pelo membro do CIMC presente no momento da votação através de manifestação no chat, que será lida pelo Presidente da reunião.

Art. 17 – O membro do CIMC disporá, em cada item de pauta, de até dez minutos, prorrogáveis a critério do Presidente da reunião, para manifestar sobre a matéria em pauta.

Art. 18 – Durante a reunião os membros do CIMC podem propor:

- I – questões de ordem;
II – moção;
III – recomendação.

Subseção I

Da questão de ordem

Art. 19 – Entende-se por questão de ordem o ato de suscitar dúvida sobre interpretação de regra deste regimento interno.

§ 1º – A questão de ordem será formulada no prazo de até três minutos, com clareza e indicação do dispositivo que se pretende elucidar.

§ 2º – Se o interessado na questão de ordem não indicar o dispositivo no início de sua manifestação, o Presidente da reunião retirar-lhe-á a palavra e determinará que não sejam incluídas em ata as alegações feitas.

§ 3º – A questão de ordem formulada será resolvida imediatamente pelo Presidente da reunião, com o apoio da Secretaria Executiva.

Subseção II

Da moção e da recomendação

Art. 20 – Durante as reuniões poderá ocorrer a proposição de moções e recomendações que serão submetidas à votação do Plenário.

Parágrafo único – As moções e recomendações a que se referem o caput serão datadas, numeradas sequencialmente e assinadas pelo Presidente da reunião, competindo à Secretaria Executiva o encaminhamento ao Presidente do CIMC para conhecimento e providências.

Subseção III

Da votação

Art. 21 – Após o início da votação do item de pauta, não serão permitidas discussões ou pedidos de retirada de pauta.

Subseção IV

Das deliberações

Art. 22 – As deliberações do CIMC serão assinadas pelo Presidente da reunião e publicadas no DOMG-e em até dez dias úteis, contados da data da sua realização.

Seção III

Dos convidados

Art. 23 – O Presidente do CIMC poderá convidar, sem direito a voto, autoridades, especialistas, profissionais e representantes de instituições públicas e privadas para participar de suas reuniões.

Seção IV

Dos Grupos Técnicos

Art. 24 – O CIMC poderá criar, por Deliberação, Grupos técnicos temporários – GTs, sob a coordenação da Secretaria Executiva, para a análise de iniciativas específicas e para coordenação e alinhamento de propostas e políticas.

§1º – Os Grupos Técnicos terão seus componentes, cronograma e data de encerramento dos trabalhos estabelecidos no ato de sua criação, bem como a definição da Secretaria de Estado que será co-coordenadora do grupo, quando aplicável.

§2º – O prazo para conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, a critério do CIMC, mediante justificativa e apresentação dos avanços obtidos pela Secretaria Executiva.

Art. 25 – Os componentes do Grupo Técnico poderão ser escolhidos dentre:

- I – especialistas na matéria em discussão;
II – membros do CIMC;
III – representantes indicados por membros do CIMC.

§1º – A Secretaria Executiva deverá designar, na primeira reunião, um relator que será responsável pelo relatório final, que deverá ser assinado por todos os membros do Grupo.

§2º – Caso não haja consenso quanto às propostas dos membros do Grupo Técnico, o relator deverá transcrevê-las no Relatório Final, de forma idêntica às apresentadas e com identificação de autoria.

Art. 26 – Aplicam-se aos Grupos Técnicos, no que couber, as disposições gerais quanto ao funcionamento e às reuniões do CIMC.

Seção V

Das reuniões remotas ou híbridas

Subseção I

Da organização e do funcionamento

Art. 27 – Para efeito de cálculo do quórum de instalação de reuniões remotas ou híbridas, somente será computada a presença do membro do CIMC que participar remotamente com vídeo aberto durante a contagem do quórum, por meio de conta devidamente cadastrada, conforme orientações disponibilizadas pela Secretaria Executiva.

Parágrafo único – Caso o membro do CIMC ingresse na reunião após aferição do quórum de instalação de que se trata o caput, este deverá se identificar por meio da abertura do vídeo para registrar a presença na reunião.

Art. 28 – As reuniões remotas ou híbridas serão realizadas por meio de sistema digital de videoconferência.

§1º – Para fins deste regimento interno, entende-se como sistema digital de videoconferência o conjunto tecnológico que conecta diversos dispositivos digitais através da internet em um único ambiente virtual, no qual são transmitidos simultaneamente áudio e vídeo capturados por todos os dispositivos conectados e realiza a transmissão deste ambiente virtual para plataformas digitais de transmissão.

§2º – A Secretaria Executiva do CIMC disponibilizará, no processo administrativo eletrônico a que se refere o art.10, as orientações para viabilizar a participação das reuniões remotas ou híbridas.

Art. 29 – O acesso ao sistema digital de videoconferência de reuniões do CIMC, para participação, será restrito aos membros do CIMC que confirmarem presença na reunião e aos inscritos no formulário eletrônico de manifestação.

§ 1º – O acesso aos sistemas digitais é indispensável para:

- I – o Presidente da reunião;
II – a Secretaria Executiva;
III – a equipe técnica de apoio que tenha processos pautados;
IV – o membro do CIMC, titular ou suplente, confirmado;
V – os convidados de que trata o art. 23.

§ 2º – A Secretaria Executiva encaminhará aos interessados de que tratam os incisos I ao V do §1º os dados para acesso à videoconferência. § 3º – Para fins deste regimento interno, entende-se como plataforma digital de transmissão o serviço tecnológico que permite a transmissão e armazenamento de conteúdo audiovisual através da internet e que pode ser acessado por qualquer interessado a qualquer momento e em qualquer local.

Art. 30 – No caso de falha ou interrupção do sistema digital de videoconferência ou da plataforma de transmissão da reunião, serão preservados os atos já praticados e registrados em gravação.

Parágrafo único – Ultrapassados trinta minutos sem que tenha sido reestabelecida a conexão com o sistema digital de videoconferência ou conexão com a plataforma de transmissão da reunião, os itens de pauta não apresentados ou não deliberados ficarão sobrestados para a reunião subsequente.

Subseção II

Da participação

Art. 31 – Os membros do CIMC e eventuais convidados interessados em se manifestar na reunião remota ou híbrida terão acesso ao sistema de videoconferência para que, remotamente, possam fazer uso da palavra, desde que satisfeitas as seguintes condições:
I – observância das condições técnicas para que possam participar da reunião por meio de videoconferência, sendo imprescindível:

- a) conexão estável de internet;
b) utilização do sistema de videoconferência definido pela Secretaria Executiva;
c) utilização de computador desktop, smartphone, tablet ou notebook, próprio ou fornecido pelo órgão ou entidade que representa, equipado com câmera e microfone;
II – estar devidamente identificado com nome, sobrenome e demais informações exigidas pela Secretaria Executiva;
III – observar as orientações disponibilizadas pela Secretaria Executiva.
Art. 32 – A responsabilidade pela conexão estável de internet, instalação e utilização do aplicativo de videoconferência é exclusiva dos membros do CIMC e eventuais convidados.

Parágrafo único – Para fins deste regimento interno, entende-se como aplicativo de videoconferência o software utilizado pelo usuário final, através de smartphone, notebook, tablet ou computador desktop, para se conectar ao sistema de videoconferência.

Art. 33 – Tratando-se de reunião híbrida, o membro do CIMC e eventuais convidados poderão optar por qual modalidade participará, observando as regras dispostas neste regimento interno.

Art. 34 – O tempo de duração para manifestação de membro do CIMC e eventuais convidados nas reuniões remotas ou híbridas é o disposto no art. 17 e no §1º do art.19, respectivamente.

§ 1º – O Presidente da reunião poderá solicitar à equipe técnica responsável que desative o áudio daquele que ultrapassar o tempo regimental de manifestação.

§ 2º – O convidado deverá sair voluntariamente da plataforma digital após concluída sua manifestação em item pautado, sob pena de ser retirado, sem possibilidade de retorno.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35 – Este regimento interno poderá ser modificado mediante apresentação de proposta por qualquer membro do CIMC, que será pautada em reunião posterior e, caso aprovada, ficará sujeita a homologação pelo Presidente do CIMC.

Art. 36 – Os casos omissos quanto ao funcionamento das reuniões do CIMC serão resolvidos pelo Presidente do CIMC, ad referendum do Plenário.

Art. 37 – Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2025.

MATEUS SIMÕES DE ALMEIDA

Presidente do Comitê Intragovernamental
de Energia e Mudança do Clima

17 2033541 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/> consult-audiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação. Sra. Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco. Designada no ATO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COPAM/CERH-MG Nº 3, DE 7 DE JANEIRO DE 2025, e na DELIBERAÇÃO CONJUNTA COPAM/CERH Nº 28, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

LACI (LP+LI+LO): 1) JMN Mineracao S.A., Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido; Reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção; Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro e Lava a céu aberto - Minério de ferro, Piracema/MG e Desterro de Entre Rios/ MG, PA/ Nº 292/2025, ANM 833.340/2003, Classe 6. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA/Nº 2090.01.0011805/2023-75 e Relocação da Reserva Legal – PA/Nº 2090.01.0011818/2023-15.

17 2033814 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

- 1) Agis Consórcio Solar Vista Alegre - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos – Montes Claros/MG, Protocolo nº: 207/2025;
2) Catarina 1 Energia SPE Ltda./Complexo Solar Fotovoltaico Catarina - UFVs Alegre 1 (25 MWac), 2 (22,5 MWac), 3 (30 MWac), 4 (40 MWac), 5 (30 MWac), 6 (30 MWac) e 7 (30 MW ac) totalizando em 207,5 MWac, Canteiros, Subestação, Bota fora e Redes de Transmissão Associadas- Usina solar fotovoltaica – Janaúba/MG, Protocolo nº: 237/2025.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.

Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Norte de Minas.

17 2033853 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Areal Santa Rita Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Varginha e Elói Mendes/MG, PA nº 299/2025, Classe 2.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.

Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental do Sul de Minas.

17 2033900 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1)Licenciamento Simplificado na modalidade LAS RAS: *Matheus Pinheiro Brandão Minerador - Me - Mineração São Matheus - ANM 831.290/2017 e 831.291/2017 – Lava em aluvião, exceto areia e cascalho – Coromandel/MG - PA nº 4446/2021, Classe 2, Validade: 30/09/2031, do responsável Matheus Pinheiro Brandão Minerador - Me, CPF/CNPJ nº 27.790.962/0001-48, para o novo titular Juan Demetrio Sanchez Villegas – Me ANM 831.290/2017 e 831.291/2017, CPF/CNPJ nº14.689.283/0001-35.

(a) Bruno Neto De Ávila.

Designado para responder pela Unidade Regional
de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

17 2033513 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro, torna público o ARQUIVAMENTO do processo abaixo identificado: 1). Licença Operação Corretiva (LAC1): *Amiais Tintas Rio Preto Ltda - Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes - Fronteira/MG - PA/ SLA nº 1515/2024, Classe 4. Motivo: Inviabilidade de seguir com o Licenciamento Ambiental, se deve à falta de elementos básicos para análise, que deveriam ter sido apresentados na formalização.

(a) Bruno Neto de Ávila

Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Triângulo Mineiro.

17 2033630 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público que foram REQUERIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas: 1) Agropecuária Serra Brava Ltda/Fazenda Pedro Pereira, Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; avicultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Guarda-Mor/MG, PA nº. 104/2025, Classe 2; 2) Rio Paranaíba Pesquisa e Mineração Ltda (Fazenda Tomazinho e Ponte Grande), Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Presidente Olegário/ MG, PA nº. 248/2025, Classe 2.

(a) Bruno Neto de Ávila.

Designado para responder pela Unidade Regional de
Regularização Ambiental do Alto Paranaíba.

17 2033663 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1)Licenciamento Simplificado na modalidade LAS CADASTRO: *Auto Posto AP Eireli – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – Uberlândia/MG - PA nº 80537561/2019, Classe 2, Validade: 12/09/2029, do responsável Auto Posto AP Eireli, CPF/CNPJ nº 34.394.248/0001-04, para o novo titular Completa Ai Araxá Ltda., CPF/CNPJ nº 58.533.783/0001-59.

(a) Bruno Neto De Ávila.

Chefe Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

17 2033512 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Congonhas/ MG, Processo nº 277/2025.

(a) Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/ RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaaudiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Central Metropolitana.

*Licença Prévia (LAT): 1) Projeto Walls ,ANM Nº 830.578/2006/Walls Engenharia e Mineração Ltda., lava a céu aberto - minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco (minério de ferro), ANM/Nº 830.578/2006, Ouro Preto/MG, Processo nº 1294/2025, classe 2.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foi concedida a licença ambiental abaixo identificada:

*Licença de Instalação Corretiva concomitante com Licença de Operação (LAC2): 1) Empreendimento Imobiliário Seven Business Park Ltda., distrito industrial e zona estritamente industrial, comercial ou logística, Sete Lagoas/MG, Processo nº 2330/2023, classe 3. CONCEDIDA COM CONDIÇÕES. Válida até: 17/01/2031. Informa ainda que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental de Processo SEI nº 1370.01.0044666/2023-89, para Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, 38,0521 ha; Intervenção em área de preservação permanente – APP – SEM supressão de cobertura vegetal nativa, 0,851 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, 26,9777 ha - Sete Lagoas/MG - Fitofisionomia: FESD-I; Cerrado Sentido Restrito; Cerrado Ralo; Pastagem com árvores isoladas; Aceiro com árvores isoladas e Transição Cerrado e FESD-I. Válida durante o prazo de vigência da licença.

(a) Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização
Ambiental Central Metropolitana.

17 2033771 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE DECISÃO SEMAD/ASSOC - SE.COPAM Nº. 2/2025 - EFEITO SUSPENSIVO - TERRAPLANAGEM HF LTDA. (Publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais de 14/01/2025, Pág. 18)

Onde se lê:

“O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, considerando o poder-dever de autotutela e considerando o poder geral de cautela que regem a Administração Pública, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e do §2º do art. 6-A do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, torna público o EFEITO SUSPENSIVO aplicado à decisão do item 8.1 da pauta da 190ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), realizada em 25 de maio de 2024, Terraplanagem HF Ltda., até que sobrevenha a decisão final de análise de controle de legalidade.”

Leia-se:

“O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, considerando o poder-dever de autotutela e considerando o poder geral de cautela que regem a Administração Pública, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e do §2º do art. 6-A do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, torna público o EFEITO SUSPENSIVO aplicado à decisão do item 8.1 da pauta da 190ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), realizada em 23 de maio de 2024, Terraplanagem HF Ltda., até que sobrevenha a decisão final de análise de controle de legalidade.”

Leonardo Monteiro Rodrigues

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável e Secretário Executivo
do Conselho Estadual de Política Ambiental

17 2033529 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh-MG

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 617, DE 15 DE JANEIRO DE 2025. Altera a Deliberação CERH-MG nº 543, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara Técnica Especializada de Regulação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, o art. 15 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e o art. 1º da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 28, de 3 de janeiro de 2025,

DELIBERA:

Art. 1º – O subitem 1.3 do item 1 da alínea “c” do inciso IV do art. 2º da Deliberação CERH-MG nº 543, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

IV – (...)

c) (...)

1 – (...)

1.3 – 2º Suplente: a indicar.”.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 9 de novembro de 2024.

Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2025.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

17 2033530 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam, no uso de suas atribuições legais e nos termos do § 3º do artigo 73 da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda à Constituição nº 61, de 23/12/2003, FAZ publicar o Demonstrativo da Remuneração dos servidores da Fundação, no período de outubro a dezembro de 2024.

EM R\$ (REAIS)

Cargo/Função	QUANT.	OUTUBRO	QUANT.	NOVEMBRO	QUANT.	DEZEMBRO	QUANT.	13º SALÁRIO	Total Trimestral
Efetivos	247	R\$ 2.476.201,40	245	R\$ 2.460.455,66	243	R\$ 2.375.074,16	246	R\$ 2.346.011,86	R\$ 9.657.743,08
Designados	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contratos Administrativos	8	R\$ 39.608,84	8	R\$ 39.507,40	8	R\$ 36.679,38	8	R\$ 19.475,76	R\$ 135.271,38
Recrutamento Amplo	77	R\$ 334.530,51	74	R\$ 311.658,14	77	R\$ 322.087,39	74	R\$ 288.701,32	R\$ 1.256.977,36
Outros	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensionistas	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Beneficiários	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Inativos	95	R\$ 1.183.274,87	95	R\$ 1.176.394,80	96	R\$ 1.187.628,79	95	R\$ 1.134.902,13	R\$ 4.682.200,59
Subtotal	427	R\$ 4.033.615,62	422	R\$ 3.988.016,00	424	R\$ 3.921.469,72	423	R\$ 3.789.091,07	R\$ 15.732.192,41
Patronal	0	R\$ 1.108.583,86	0	R\$ 1.111.331,54	0	R\$ 1.075.860,27	0	R\$ 1.062.732,16	R\$ 4.358.507,83
Total	427	R\$ 5.142.199,48	422	R\$ 5.099.347,54	424	R\$ 4.997.329,99	423	R\$ 4.851.823,23	R\$ 20.090.700,24